

A MEDICALIZAÇÃO ENQUANTO DISCURSO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Um olhar sobre as percepções e falas das professoras durante o estágio supervisionado.

Vinicius Silva Santos

Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.
E-mail: vssantos@uneb.br

Jacques Fernandes Santos

Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorando em Educação pela Universidade Tiradentes - UNIT.
E-mail: jacquesfs@hotmail.com

RESUMO

O objetivo desse trabalho é problematizar as percepções observadas no cotidiano de observação do estágio supervisionado nas escolas de educação infantil que dão conta de um questionável discurso sobre a medicalização escolar bastante difundida entre as professoras. Trata-se de analisar as falas recorrentes nas salas de aula que denotam a existência de adoecimento generalizado de crianças ligado ao comportamento, as dificuldades de aprendizagem ou socialização entre os pares infantis. Esse trabalho fundamenta-se numa abordagem de pesquisa qualitativa, caracterizada como sendo um estudo de campo descritivo a partir das impressões observadas numa escola da educação infantil do município de Paulo Afonso - Bahia. Os participantes desse estudo foram seis professoras e o principal instrumento de coleta de dados foi à observação indireta e entrevistas não estruturadas. Com base no resultado, é possível colocar em suspensão o atual quadro de medicalização recorrente nas falas das professoras, sobretudo, por não serem fruto de uma investigação sistemática de um profissional ou equipe habilitada, bem como por sua relação muito próxima como uma distorção aparente entre o querer estar na docência e as tensões vividas no cotidiano da escola da educação infantil que denotam um quadro sistemático de apatia e desmobilização do fazer docente com crianças.

Palavras-chave: medicalização, educação infantil, professoras, descompasso.

ASBTRACT

This paper aims to problematize the perceptions perceived in the everyday observation of supervised traineeship in childhood education schools that account for debatable speech about the school medicalization, widely spread among the teachers. It is analyzed the recurrent speeches in classrooms that denote the existence of a generalized sickness of children that is linked to the behavior, the learning difficulties or the socialization among the kids. This work is based on

a qualitative approach, defined by a descriptive field research through the impressions captured in a childhood education school in the city of Paulo Afonso, state of Bahia, Brazil. The participants in this research were six teachers and the main tool for data gathering was the indirect observation and non-structured interviews. Based on the result, it is possible to analyze the current situation of medicalization, often present in the speeches of teachers, mainly because they are not result of a systematic investigation conducted by a professional or a specialized team. It was also possible to understand a very close relation with an apparent distortion between the wish for being a teacher and the tensions experienced in the everyday life in childhood education schools, that denote a systematic situation of apathy and demoralization of the teaching for children.

Keywords: medicalization, early childhood education, teachers, mismatch.

1 INTRODUÇÃO

O relato parece ser bastante corriqueiro, extraído de um dia habitual numa escola de educação infantil. A cena do cotidiano engloba uma breve observação nas salas de aulas onde estagiários estão dando conta do seu fazer, quando é iniciado um diálogo com as docentes da turma sobre o perfil dos alunos. Nesse contexto, as professoras nem esperam mais perguntas sobre determinados alunos, vão logo tratando de aligeirar o caso, dando a conclusão quase sempre ligada à necessidade de um acompanhamento ou medicalização. O veredito discursivo aponta aos alunos doenças relacionadas à aprendizagem e/ou comportamento dos mesmos. De um lado, estranhamento por não saber a origem desses diagnósticos e do outro uma espécie de catarse por saber definir um tipo de doença, transtorno ou mal atribuído a crianças em fase de escolarização. De ambos os lados, coexistem uma conclusão, o que entendemos ou desejamos para a escolarização não é de longe o que notamos na realidade empírica.

Nos últimos cinco anos da experiência com o acompanhamento do estágio supervisionado na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na qualidade de docente da disciplina observamos com bastante preocupação o crescimento de uma cultura da doença presente na educação infantil, que são expressas pelas professoras, quer seja quando nos referimos ao processo de ensino-aprendizagem ou mesmo em situações cotidianas da interação entre crianças na escola. Vemos crescer também um grande número de professoras que demonstram de maneira explícita não terem mais desejo de ocupar o posto da formação de crianças, mas o fazem por uma questão de sobrevivência, seja ela econômica ou social.

Com base nesse panorama é possível concluir que a escola de educação infantil encontra-se em processo de definhamento na realidade de vários municípios do país, ao passo que justificamos uma possível melhora baseando-se na divulgação de índices de avaliação que são pontuais e não conseguem medir os desdobramentos e a profundidade de problemas que estão abrigados na escola. É oportuno então falar que a escola de educação infantil encontra-se doente, seus professores estão doentes, o corpo gestor da escola já não consegue operar na estrutura manobras de sobrevivência. As relações da comunidade escolar são frágeis e figurativas e recobradas no tom do discurso saudosista que emprega culpa ao pai, à sociedade, aos problemas externos que encontram no ambiente da escola um terreno fecundo para propagar-se.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é discutir as percepções das professoras durante o cotidiano de observação do estágio supervisionado nas escolas de educação infantil que dão conta de questionável discurso sobre a medicalização escolar, de modo a colocar em questionamento não a postura das docentes, mas, sobretudo, a organização da escola infantil que repercutem na condução do fazer docente. Não se pretende nesse trabalho esgotar as questões relacionadas ao que chamamos de adoecimento da escola de educação infantil. Ao contrário, trata-se de apontamentos cuja finalidade consiste em trazer para cena atual reflexões que permitam uma ação efetiva no campo escolar.

2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho é resultado das incursões vividas durante as observações do estágio curricular obrigatório na educação infantil, componente que faz parte da formação de licenciado em Pedagogia. Por sua natureza, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como sendo um estudo de campo descritivo a partir das impressões observadas numa escola da educação infantil do município de Paulo Afonso - Bahia. A referência ao paradigma interpretativo/qualitativo, dá-se pela busca de se compreender o objeto em estudo, através da plastificada presença de maciças trocas e interações com o meio natural onde foram produzidos os sentidos e as significações, principalmente, sobre os processos e os produtos relativos aos sujeitos centrais que a compõe (ANDRÉ E LUDKE, 2001).

A pesquisa descritiva procura identificar através das observações a compreensão da realidade que ocorre em seus variados fenômenos. Além disso, descrever as diversas situações e corre-

lacionar às teorias de maneira explicativa estimulou o processo de compreensão dos levantamentos investigados para se chegar a uma conclusão. Os participantes desse estudo foram sete professoras e quatro estagiários em processo de formação. O principal instrumento de coleta de dados foi à observação indireta, vistos como momentos despretensiosos que levaram a uma análise reflexiva sobre as dinâmicas da escola. A coleta de informações ainda se deu através do registro do professor de estágio durante a observação, momento que se mostrou crucial para as ponderações que seguem nos escritos desse trabalho.

3 O DISCURSO DO ADOECIMENTO INFANTIL NA ESCOLA

Uma análise sobre o discurso dos professores no cotidiano da escola de educação infantil nos faz refletir sobre as percepções mais corriqueiras vividas e escutadas nos corredores, durante as conversas informais ou mesmo durante uma reunião de coordenação. Cada vez mais tem sido comum ouvir das professoras em tom de denuncia a presença de crianças com quadro de transtornos de aprendizagem, com dificuldade de interação e/ou problemas de comportamento. Sempre que reportam a esses e outros problemas as docentes fazem uso de um julgamento muito pessoal que muitas vezes não possuem embasamento em diagnósticos clínicos o que a nosso ver se configura em um grande problema.

Somado a isso, notamos viver um cenário bastante emblemático envolvendo a escola de educação infantil. São escolas com a finalidade de atender a crianças de 0 a 6 anos de idade, mas que não possuem a devida organização para esse público, a exemplo da infraestrutura que não atende às demandas da escolarização de crianças. São salas de aulas e espaços pouco atrativos para crianças, que acomodam até vinte e cinco alunos sem a devida orientação de uma política de atendimento às crianças. Escolas abarrotadas, ausência de espaços de lazer, práticas pedagógicas carentes de significado numa escola de educação infantil que volta a funcionar através do princípio do assistencialismo. Se fossemos pensar numa ilustração poder-se-ia dizer que escola de educação infantil encontra-se carente da infância e dos seus sentidos, talvez por isso mesmo vem cada vez se distanciando de seu papel, abrindo espaço para um adoecimento literal, aquele ligado à fadiga, a baixa de imunidade que se estende, sobremaneira, aos professores.

Nesse contexto, Kamers (2013) apresenta um estudo que, dentre outras coisas, chama atenção para o fato de a escola ter se tornado um dispositivo regular de exclusões a partir do domínio

médico-psiquiatra colocando em prática pelas professoras, quando vemos crescer a utilização da medicação como a principal forma de tratamento utilizado pela medicina para responder as demandas que são sociais e que em muitos casos não se encaixam nos quadros apresentados pelas docentes. Nesse limite, se pode falar em práticas de diagnósticos sociais que nada ajudam o trabalho do professor, gerando uma insegurança para a escola e influenciando o comportamento de crianças, familiares e pessoas envolvidas com a socialização de crianças.

Em consonância, o discurso docente já naturalizado coloca em evidência a presença de um corpo infantil doente na escola. Professoras em sua maioria reclamam das condições de trabalho na escola e recorrem ao discurso do adoecimento como sendo via de explicação dos problemas internos da escola. Essa realidade chega ser constrangedora, pois é exposto com tanta naturalidade pelos professores que nos causa inquietação, a exemplo de uma professora que ao se reportar a determinada criança faz o seguinte relato:

Esse menino não tinha jeito, ele tem problemas mentais, é inquieto, falei com a mãe que ele tinha problemas e precisa ser medicado. A mãe conseguiu passar no médico que receitou um remédio, hoje ele é outra criança. (PROFESSORA 1).

É possível notar na fala da professora um determinismo que põe em evidência a gravidade do caso exposto, bem como o seu papel no processo de encaminhamento para um determinado profissional. Nota-se também que, via de regra, se fala em medicalização como alternativa aos comportamentos que fogem a regra na escola. O caso acima exposto é apenas um frente aos vários diagnósticos discursivos evidenciados no ambiente escolar. Nas falas, os professores mostram-se exímios especialistas em patologias ou transtornos associados à aprendizagem. João é imperativo, Maria tem déficit de atenção, Pedro tem algum distúrbio de comportamento. A banalização da doença na escola de educação infantil abre espaços para um duplo movimento que sustenta o fazer pedagógico, sendo eles: a radicalização do tratamento e a evidência da impotência do corpo gestor escolar.

A radicalização do tratamento encontra-se ligado ao constante uso de palavras e percepções que ligam às crianças as doenças, capazes de justificar determinado remédio para um mal que nem mesmo a escola sabe da existência. O problema do uso excessivo dessa noção de tratamento consiste na utilização rótulos sociais que são empregados na escola, que por consequência são utilizados pelos colegas e toda a equipe pedagógica, como no exemplo abaixo:

Tá vendo esse aqui? Ele tem problemas... é imperativo, não para no lugar. Já falei com mãe dele, mas não tem jeito. (PROFESSORA 2).

É constante o emprego de diagnósticos no cotidiano da escola. Em certa medida, essa radicalização vivida pelos professores coloca em evidência a sua própria impotência diante do desconhecido. A nosso ver, partes dessas discussões se ancoram nas palavras de Larossa (2003) quando afirmam que os professores não conseguem enxergar na infância além daquilo que construíram de sua própria significação. Já adultos formados, os professores desejam uma sala tranquila, crianças homogêneas, de preferência sem problemas sociais, muito menos qualquer dificuldade que lhe impute um acompanhamento mais específico.

Por essa lógica, Kamers (2013) afirma que estarmos diante de um controle do mundo adulto sobre estado pulsional da criança, sob o qual trabalha o adulto, seja ele família ou instituição escola no sentido de tratar o que se convencionou chamar de estado patológico na infância. De outro lado, a impotência da escola se reafirma no julgamento dos professores que alardeiam a existência de quadros patológicos insustentáveis, todavia, não conseguem dialogar de modo assertivo com tal realidade, gerando no próprio espaço escolar a sensação de importância. Nesse processo de não ação é comum atribuir a culpa aos pais, as sociedades à estrutura de gestão da educação municipal ou como visto corriqueiramente nos espaços onde temos observado a eficácia de um silêncio que chega ser aterrorizador à cultura da escola como dito na fala abaixo:

Eu já fiz tudo o que pude, tentei falar com os pais, ele tem uma professora que acompanha. Eu já decidir, para esse aí eu não faço mais nada. Eu não consigo e ainda tenho mais vinte e quatro alunos que dependem de mim. (PROFESSORA 3).

Como pode ser notado, tornou-se uma prática corriqueira na escola, quase uma ação natural por parte dos professores e demais membros a rotulação de crianças doentes, o que para nós trata-se de um fenômeno social que merece ser estudado no âmbito escolar. Como afirma Amarante (2016) estamos diante de um discurso normativo que adota uma medicalização social, quando ocorre uma normalização médica das práticas cotidianas com a finalidade de justificar uma realidade ou desafio enfrentando pelo professor. Obviamente, as razões que levam a esse quadro são inúmeras. Passam desde a baixa qualidade e oferta de opções para a educação infantil, passando pela própria relação dos profissionais com o ambiente escolar, pois nessa relação existem igualmente negações e afirmações da profissão, o que se pretende discutir no próximo tópico.

4 SER OU NÃO SER PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A relação exposta no enunciando, ser ou não ser, requer uma discussão cuidadosa e ampla sobre a questão que envolve a educação infantil no tempo presente. Nesse tocante entre o ser ou não ser pode-se resumir a existência de profissionais atuando na escola e ao mesmo tempo negando a sua presença nesse espaço. Nas experiências de formação de professores, especificamente no acompanhamento dos estagiários é comum escutar as professoras em sala de aula expressões que desqualificam a profissão de educador, com contornos ainda mais complexos na escola de educação infantil.

Você faz pedagogia mesmo? Dá tempo de desistir...Se eu pudesse teria feito tudo diferente. (PROFESSORA 4).

Você é tão jovem e tão linda, pena que escolheu o curso errado. Vai sofrer muito! (PROFESSORA 5).

Frases como essas deixam explícito o olhar que as professoras possuem da carreira. Foram expostas apenas duas, mas são variadas e tão comuns durante a prática de estágio dos alunos do curso de pedagogia. Via de regra, em cidades do interior, inclusive aqui no município de Paulo Afonso-Bahia, o emprego em escolas de educação infantil se constitui fonte de renda para muitas famílias que somadas a outras tantas compõem uma grande faixa de servidores contratados ou concursados que atuam no serviço público municipal.

Em muitos casos é possível notar uma relação muito estreita entre o fazer docente e sua condição econômica, como sendo a única justificativa para manter-se na profissão de educador na educação infantil. Por outro lado, é perceptível também, inclusive na escola a afirmação de que os postos de trabalho na educação municipal são mais acessíveis. Somado a essa realidade, existem também inúmeros casos de professores que já possuem grande tempo de atuação na escola e afirmam manter-se na ativa apenas por uma questão de cumprimento do tempo de serviço. E ainda com a impossibilidade do tão sonhado período de desligamento da escola já justifica a sua ação pedagógica como sendo condição do seu tempo de serviço, como exposto nos exemplos abaixo:

Ah! Vocês são jovens, estão fresquinhas. Eu tô aqui só por causa do meu tempo de serviço. Assim que completar eu sumo daqui. (PROFESSORA 6).

Eu faço o que dá para fazer, já não tendo mais o mesmo ânimo de fazer coisas diferentes. Com você vai ser assim também...É uma questão de tempo. (PROFESSORA 7).

As falas expostas acima colocam a condição de ser professora condicionada a questão temporal. Mais provocados que isso, é notar que as professoras fazem uso de certo “dom profético” ao traçar o futuro dos alunos estagiários, como se fosse essa a única forma de viver a docência na educação infantil. Esse quadro remete à condição de que a escola de educação infantil encontra-se realmente doente, sobremaneira, estão enfermos as suas professoras e professores que deixaram de vislumbrar novos horizontes, que sucumbiram ao corriqueiro, à trivialidade, ao tornar sem sentido um espaço de extrema importância para gerações futuras que precisam investir em possibilidades, em utopias, em sonhos e desejos, A escola da educação infantil é outro, um estranho. De um lado crianças interessadas pelo novo, pelas descobertas. Do outro, o adulto, professor que já deixou de encantar com a própria condição humana.

Como afirma Felipe (2001) para ser professor na educação infantil é necessário possuir atributos que nascem com o ser criança, pois a subjetividade em formação na escola de educação infantil é a do ser criança e todas as suas imprevisibilidades, seu olhar único frente ao novo, às descobertas que tiram o fôlego. O par adulto, nesse caso o professor, precisa mediar como esse estado inédito de ser criança, buscando nele a condição de fazer seu trabalho pedagógico. Mesmo parecendo óbvio, é preciso colocar em prática um adulto que, descolado do mundo adulto, consegue transitar pelos signos da infância, estabelecendo experiências de aprendizagens que sejam dinâmicas, interativas, inovadoras. O professor que se coloca nessa dimensão consegue driblar os desafios que se apresentam a escola de educação infantil, entendendo que seu papel é decisivo na formação de crianças dentro de um projeto social mais amplo.

Logo, poderíamos dizer então, que parte desse movimento consiste em descobrir a infância, não aquela do mundo adulto que já possui tanta certeza que nem lhe atribui importância, mais sim, a infância como o novo, como o verdadeiro em vias de torna-se o real, a que se refere Larrosa (2003) ao denunciar a escola de educação infantil e o professor por suas estruturas totalizantes que almejam um produto social “criança” ao crivo do olhar adulto, aos moldes de uma acultura mercantilizada. A esse respeito, nota-se com rigor a postura do professor como sendo inequivocamente um balizador dos resultados, seja eles exitosos ou não na escola de educação infantil. Por isso mesmo, é comum abordar nas falas tanto dos alunos, como das próprias professoras a grande responsabilidade que consiste educar. Ao contrário, dessa afirmação no contexto da educação infantil nota-se uma fazer próprio arreigado de não sentido, de repetidas formas de organização das práticas de educação infantil, a exemplo do relato exposto abaixo por dois estagiários:

No dia seguinte, as crianças entraram cantaram a música, cada qual no seu lugar, a professora distribuiu a tarefa de pintar. Eles passaram o primeiro tempo todo pintando. Depois do lanche, saíram para o recreio e na volta a professora distribuiu outra tarefa de pintar. Nos dias seguintes, percebi que essa era uma prática constante na escola. (ESTAGIÁRIO 1).

A professora chegou na sala de aula, nem cumprimentou os alunos. Ao se deparar com a fala de um dos alunos, deu graças a Deus pelo ***** não ter ido para escola no dia. Tempos depois colocou uma atividade de cobrir um pontilhado que pegou todo o primeiro momento da aula. Na volta do recreio ela colocou um vídeo para as crianças. O mais interessante é que as crianças não podiam dançar, nem pular com vídeo. Quando qualquer criança esboçava alegria e movimento ela mesma tratava de recriminar, pedindo que ficasse sentada na cadeira. (ESTAGIÁRIO 2).

Em determinado momento um dos meninos passa a brincar com a boneca do coleguinha, a professora observa atenta à situação, e diz: Você é viado? Brincar de boneca é coisa de mulherzinha... Tomando o brinquedo das mãos dos alunos ela continua falando alto... Você quer que seus colegas lhe chamem de viado? Na sala de aula, todos os colegas riam da criança. (ESTAGIÁRIO 3).

São esses relatos que deixam ver como estamos perdendo a oportunidade de fazer da experiência da educação infantil uma possibilidade de mudança da sociedade, através da formação de sujeitos que nascem no mundo completamente novo, cheio de desafios, que nos pede a formação de crianças para um convívio social que esteja baseado no respeito e na reciprocidade e tolerância. A escola de educação hoje precisa dialogar com debates que são necessárias à formação de crianças, tomando como referência a diversidade que reúne o mundo e não as opções feitas por seus professores em suas vidas. A escola de educação infantil, através dos seus professores, mais que apontar um caminho certo, precisa oportunizar as crianças às descobertas pessoais e coletivas que fazem parte do momento da vida.

Garcia (1997) discorre sobre a existência de rótulos no campo educacional ao criticar o modo como as professoras e diretoras apresentam problemas como “dificuldade de aprendizagem”, “dislexia”, “distúrbios”, “disfunções neurológicas”, “desnutrição”, “disfunção cerebral”. A autora chama atenção para uma cultura do diagnóstico instalada no contexto da educação formal, atentando para o perigo de tal ação revelar-se como sendo uma espécie de chancela para capaz de separar as crianças que irão aprender ou não, antecipando inclusive o próprio fracasso escolar.

Segundo Louro (1997), a escola é espaço de fabricação de sujeitos através da hierarquização, classificação e ordenamento. Descreve a autora que esse processo é contínuo e muitas vezes sutil ou imperceptível, sendo as práticas rotineiras e comuns, muitas vezes banalizadas na escola que dão conta de um projetar formas de ser. Em decorrência disso, nota-se uma fazer natural que pulveriza na escola a fabricação de crianças “doentes”. A esse mal, retomamos as

falas da autora que nos convida a manter sempre ativo um questionamento e desconfiança a tudo que visto como sendo natural.

Por isso tudo, ser professor não consiste em si uma realidade distante, pede de nós uma abertura, uma intercessão que coloca em choque os padrões já estabelecidos. Por outro lado, não ser um educador estando na condição de professor tem se tornando cada vez mais comum na escola de educação infantil, o que pede de nós olhos atentos e um novo modo de enxergar a e escola. Toda essa discussão que apreende uma abertura da escola choca ou esbarra uma estrutura apática, desmobilizada, que fechada em si mesmo, não consegue mais dialogar com o futuro.

5 APATIA E DESMOBILIZAÇÃO DA ESCOLA INFANTIL

O termo apatia em sua etimologia significa estado de ser que apresenta ausência de emoção, motivação e entusiasmo. Corresponde ao comportamento humano que já não responde a estímulos emocionais, sociais ou físicos. A utilização do termo apatia nessa parte do trabalho possui uma intencionalidade, uma vez que grande parte do discurso empregado em todo o texto denuncia a existência de um fazer descompromissado, no qual falta desejo e motivação. Essa condição pode evoluir para casos práticos, como expostos logo abaixo:

Cala a boca menino que hoje eu não tô a fim de dar aula. Vocês vão fazer essa atividade e quietos (PROFESSOR 4).

Eu já não aguento mais esse menino, cale a boca agora e fique de cabeça baixa! (PROFESSOR 7).

Naquele dia a professora ficou irritada com um aluno que não ficou quieto, pegou no seu pescoço, segurou e disse: você tá me tirando do sério, disse uma estagiária consultando o professor o que poderia ser feito nesse caso. (ESTAGIÁRIO 4).

Como pode ser notado acima, tanto a fala das professoras, quando o relato do aluno estagiário dá conta de uma realidade que já não possui clareza de sua intenção pedagógica. Ressalvado a condição humana das professoras que podem de maneira pontual negar o seu fazer, torna-se controverso ver essa postura como sendo da ordem habitual nas escolas. Dando prosseguimento, o nível de desmobilização e falta de clareza da função escolar e do papel da escola revelam o despreparo com que são direcionadas as ações pedagógicas.

Nessa direção, uma breve passagem pela escola da educação infantil, ao menos na realidade da qual estamos falando, se observa uma desmobilização do quadro docente que repercute no funcionamento da escola, no modo de organizar as atividades em sala de aula até mesmo na maneira como são tratadas as crianças em sala de aula. Ao contrário do que discutimos no contexto da sala de aula, quando orientamos os alunos do estágio, vemos aparecer diante dos nossos olhares uma realidade completamente diferente. Como afirmam Craidy e Kaercher (2001) tal realidade abriga a repetição de velhas práticas de educação, pautadas numa lógica de dominação dos corpos como sendo condição necessárias para qualquer estratégia de aprendizagem. São corpos que não podem expressar sentimentos com felicidade, tristeza, pois a entrada na sala de aula anula a sua condição humana.

Nota-se ainda a figura da professora como sendo “a tia” que se reporta aos alunos exigindo deles um respeito e atenção que, em muitos casos não é recíproco. Vemos ainda a vivência de uma rotina carente de estímulos para crianças condicionada à sala de aula desmotivadora e nada atraente às crianças. Em relação às práticas ou atividades oferecidas é possível ver a prática de um fazer pronto, pensando pelo professor, quando na educação infantil o mais interessante seria a abertura para a construção coletiva entre alunos e professores em atividade que não são fechadas, mas sim, possibilidades de criação.

Nessa mesma realidade, nota-se ainda professores que não conseguem fazer do planejamento escolar uma prática viva, capaz de proporcionar nas crianças gosto pela aprendizagem. Esse contexto nos faz questionar se as professoras acreditam mesmo do trabalho que desempenham e até onde analisam a extensão da sua implicação na formação das crianças.

O resultado dessa realidade é a existência de uma escola que não acredita no próprio trabalho, que o faz em razão de uma institucionalidade presente na norma que requer determinada postura dos professores, da escola, da família e etc. Por isso mesmo, uma escola de educação infantil fragmentada, desmobilizada em sua essência por não tomar como referência a descoberta da infância como sendo o caminho do seu fazer.

6 CONSIDERAÇÕES PARA UMA RETOMADA DE ÂNIMO

Não se pretende nas breves considerações que serão apontadas aqui, apontar um caminho ou mesmo uma receita pronta para superar os desafios postos na escola de educação infantil. Acredita-se

que mais importante que colocar a cabo uma solução factível seja fazer reflexões que levem às escolas e professores a pensar em sua realidade, de modo a problematizar e estudar possibilidades viáveis para superação dos problemas que podem variar de escola para escola. Essa, portanto já se configura como sendo uma primeira alternativa em busca de um ânimo perdido, investindo na qualificação do diálogo. A escola precisa se ver por dentro, revisitar a sua dimensão social. O mesmo cabe aos professores, a quem a redescoberta da profissão e do seu estado atual de ser professor precisam ser revelados à luz de uma crítica que siga uma proposição.

Em relação ao discurso do adoecimento infantil, denunciado através dos discursos e diagnósticos feito pelas professoras, é preciso prudência e estabelecer redes de colaboração com outros profissionais, fugindo das noções engessadas da infância, bem como da ação de antecipar, inclusive ao atendimento especializado um quadro fechado. Mais que isso, a comunidade escolar, especialmente na educação infantil precisa cuidar desses casos com todo o critério possível, deixando de lado a pulverização de “rótulos” que só fazem reificar processos de exclusão na escola, sobremaneira quando essa postura antecipa o resultado da aprendizagem da escola entre aqueles que são normais ao julgamento professoral e podem ter sucesso escolar e os outros sumariamente considerados fracassadas por sua origem, singularidade e modo de ser.

A retomada do ânimo consiste também numa tomada de decisão, que a nosso ver, é uma postura responsável do professor mediante o processo de aprendizagem, desenvolvimento e socialização de crianças na escola infantil. Ela consiste em entender a profissão diante dos desafios que lhes são comuns, mas, sobretudo, antevendo uma escolha. Por mais radical que possa parecer é preciso ter ou desenvolver feições próprias para trabalhar na educação infantil. Não é mais cabível notar a presença de profissionais que traduzem o seu fazer como o um mero estado de manutenção do habitual. Por essa questão, é necessário sensibilizar futuros professores para importância do perfil para escola de educação infantil, mas também, mostrando aos futuros mestres que ser professor da educação infantil consiste em espaço aberto para a criação, articulação de vínculos sociais entre pares, para experimentação de uma subjetividade infantil que muitas vezes choca com o olhar do mundo adulto.

Aos docentes que já se encontram em atuação é preciso revistar o cotidiano das práticas costumeiras, colocando em cheque o fazer naturalizado como sendo uma linha muito tênue entre a apatia e desmobilização. É necessário que a escola invista em momentos de diálogo e pertença entre o corpo e docente a gestão da escola, grupos de apoio são um caminho de autoconheci-

mento, no qual é possível melhor conhecer o perfil de cada professor, as nuances que envolvem estar na profissão há muito tempo, recriando o fazer da escola sustentado numa cooperação e divulgação de experiências. Escolas que aprendem a escutar o outro conseguem superar problemas de maneira mais inteligente.

Essa organização interna evita ou diminui consideravelmente as possibilidades extremas, onde nota-se a perda total do sentido, quer seja pela apatia das práticas da escola ou mesmo as condições episódicas em que se observa a falta de respeito e sensibilidade das professoras frente à ao processo de escolarização de crianças, refletindo no comportamento, no nível de comunicação, na imposição de uma maneira tradicional de aprendizagem que nada tem a ver como a educação infantil.

Sendo assim, a retomada de fôlego pede uma parada, uma ancoragem, um tempo em que a escola se volte a entender a sua função social, tempo em que os professores possam refletir sobre o seu caminhar, um tempo de reflexão que evoca a centralidade e equilíbrio como sendo processos decisórios à sobrevivência da escola nos seus aspectos sociais, efetivos, pedagógicos e de ensino-aprendizagem.

Por tudo isso, concluímos ser inevitável revistar os espaços de uma educação infantil que, por um lado tornou-se garantia social aos longos dos últimos vinte anos, e, por outro lado, mostra passar por um descompasso, à medida que se nota a existência de uma cultura dentro da escola que nega a condição infantil em vários aspectos essenciais à sua formação. Por fim, debater a escola de educação infantil, dentre outras coisas, é defender um espaço político de existência qualificada de um espaço pedagógico que seja capaz de ajudar no diálogo e na formação de futuras gerações que tem por legado a superação da intolerância, do preconceito, da violência, da escassez e redescoberta da humanidade no seu termo mais literal.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Erik. Entre o médico e o professor: medicalizando o espaço escolar na cidade de Patos-PB (1922-1945). **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB, 2016.

ANDRÉ, M. e LUDKE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. SP: EPU, 2001.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil**: pra que te quero? São Paulo: Artmed, 2001.

FELIPE, Jane. **O Desenvolvimento Infantil na Perspectiva Sociointeracionista**: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, Carmem Maria, KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre, 2001.

GARCIA, Regina Leite. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 59, 1997.

KAMERS, Michele. **A fabricação da loucura na infância**: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./abr. 2013, 153-165.

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.